



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7341 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

**“OS DESAFIOS SE AGIGANTAM EM TEMPOS DE PANDEMIA”:** A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM MEIO A COVID-19

Rejane Peres Neto Costa - UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Lorena de Oliveira Jardim Chaves - UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Mariana Dalmácio Pereira - UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**“OS DESAFIOS SE AGIGANTAM EM TEMPOS DE PANDEMIA”:** A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM MEIO A COVID-19

Eu estava numa colina e vi o velho se aproximando, mas ele vinha como se fosse o Novo.

Ele se arrastava em muletas que ninguém antes havia visto, e exalava novos odores de putrefação, que ninguém antes havia cheirado.

A pedra passou rolando como a mais nova invenção, e os gritos dos gorilas batendo no peito deveriam ser as novas composições.

Em toda parte viam-se túmulos abertos vazios, enquanto o Novo movia-se em direção à capital. (Bertolt Brecht, Parada do Novo Velho).

A pandemia da Covid-19 trouxe desafios para toda a humanidade e em diferentes arenas. Algumas delas, por vezes anunciadas como novas, tal como Brecht faz refletir, mas que já se faziam presentes, tornando-se neste momento mais evidentes ou aprofundadas. Para a educação institucionalizada não foi diferente. Inúmeros desafios se colocaram. Este trabalho pretende apresentar alguns dados de uma pesquisa desenvolvida por duas universidades públicas no estado do Rio de Janeiro, que manteve seus encontros e discussões durante a quarentena através de reuniões on-line. Destas reuniões, nasceu a proposta de mapeamento das ações dos municípios da Baixada Fluminense para a educação infantil. A pesquisa é movida pelo desejo de dar visibilidade a situação das crianças no contexto de pandemia e o quanto seus direitos sociais foram afetados. Nesse sentido, nos unimos aos questionamentos de Kramer (2007, p. 14):

como conhecer as crianças de maneira que sejam considerados seu contexto de origem, seu desenvolvimento e acesso aos conhecimentos, direito social de todos? Como assegurar que a educação cumpra seu papel diante da heterogeneidade das populações infantis e das contradições da sociedade?

Contradições essas que se acentuam na pandemia, tal como evidencia uma coordenadora de educação infantil, na frase que dá título ao texto “os desafios se agigantam

em tempos de pandemia”. Tal afirmativa, que pode soar como um desabafo, faz parte dos dados da pesquisa que foram coletados através de um questionário enviado aos municípios da Baixada Fluminense, no mês de julho de 2020. Dos treze municípios que compõem a região, dez responderam ao questionário, são eles: Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti.

O questionário é composto por 37 perguntas abertas e fechadas, que elencam os dados da secretaria municipal de educação e as ações destas frente a suspensão das atividades presenciais na educação infantil. O uso do questionário se justifica pela possibilidade de obtenção de diversos dados, da abrangência geográfica que pode ser alcançada por ele, a flexibilidade do tempo para a resposta e a organização dos dados obtidos (RICHARDSON, 2015). Este texto se detém somente nos aspectos das ações sociais efetuadas por tais municípios e registradas nos questionários, sendo a distribuição de cestas básicas e de cartões alimentação as principais delas.

Como Kramer (2007) salienta, numa sociedade desigual constituída em diferentes contextos, as crianças desempenham papéis os mais diversos e se encontram em situações cotidianas muito diferentes. Uma vez suspensas as atividades na educação infantil, para algumas famílias a principal preocupação era com o prejuízo na aprendizagem e desenvolvimento oportunizado nesses espaços, para outras tantas famílias somava-se a essa, as preocupações materiais, sendo uma delas a alimentação das crianças. O Brasil assiste nos últimos anos a um agravamento das condições sociais de sua população, segundo dados da síntese de indicadores sociais do IBGE, em 2018, a extrema pobreza aumentou no país, somando 13,5 milhões de pessoas que sobrevivem com renda mensal per capita de até 145 reais. Em tempos de crise sanitária, podemos pensar no agravamento de tal situação para algumas famílias e daí o papel relevante que a alimentação, ofertada nas instituições públicas de educação, desempenha na vida das crianças.

Segundo Kramer (2007), as crianças são sujeitos históricos sociais e, portanto, submetidas às tantas contradições das sociedades em que estão inseridas. O papel social que a educação infantil cumpria antes da pandemia (SOUZA; PÉREZ, 2017), só vem evidenciar os problemas que o país já enfrentava devido as desigualdades sociais. Há que se ponderar o fato de que uma parcela das crianças realiza suas principais refeições nas instituições educacionais. Uma vez as atividades suspensas, como atender as necessidades alimentares dessas crianças?

Dos dez municípios estudados, cinco declararam ter realizado o mapeamento das condições das crianças e de suas famílias na pandemia e outros cinco afirmaram terem distribuído cesta básica ou cartão alimentação.

Os resultados da pesquisa apontam que inicialmente as secretarias receberam a tarefa de encontrar as famílias e distribuir a alimentação que estava estocada nas instituições. Para tal ação o principal veículo de comunicação foi o aplicativo de celular *WhatsApp*, através de contato com os grupos que se constituíram antes da pandemia. As dificuldades de comunicação encontradas em tempos ditos normais, foram realçadas em meio a pandemia. Muitas famílias não foram localizadas. Muitas não têm telefone celular e das que têm, nem todas possuem acesso à internet. Tal situação revela que o reconhecimento das características locais seria um potencial instrumento para a formulação de políticas. Mas os dados indicam que as informações coletadas não foram utilizadas pelos executivos municipais ou o fizeram sem estabelecer canais de diálogo e ações mais efetivas com a representação de todos os segmentos da comunidade escolar.

Os resultados da pesquisa apontam para a inserção social de crianças em um contexto de miséria e de carência alimentar, que antes do quadro de emergência sanitária era suprida

em partes nas instituições de educação. A distribuição de cesta básica ou o cartão alimentação foi uma ação social colocada para serem executadas pelas escolas. Tais itens, entregues às famílias, continham uma quantidade de alimentos calculados para um beneficiário, a criança matriculada na rede. Porém, diante da situação de muitas famílias, salientamos que tal recurso chegou para todos os seus membros e a quantidade pode ter sido insuficiente.

Também, destacamos que as ações de entrega de alimentos não seguiram um calendário claro e regular para que pudesse ser divulgado amplamente para a população, ficando a cargo das instituições de educação a função de notificação das famílias contempladas e a própria ação de entrega destes itens. Isto num quadro novo para as escolas, que anteriormente não lidavam com tais demandas e que precisaram garantir o distanciamento social, as práticas de higiene e, ainda, evitando aglomerações.

Por fim, destacamos que ações isoladas de entrega de poucos recursos não garante o acesso aos direitos sociais a que as crianças são beneficiárias. Ponderamos que uma política que vise mapear as condições das crianças em seus diferentes contextos e dialogue com as demais instâncias do executivo municipal, poderá resultar em uma atuação que contemple de forma mais efetiva essa diversidade.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Direito à alimentação. Covid-19.

## REFERÊNCIAS

RICHARDSON, Roberto Jarry (org.). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2015.

KRAMER, Sonia. A Infância e sua Singularidade. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (org.). *Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a Inclusão de crianças de seis anos de idade*. Brasília: MEC/SEB, 2007, p. 13-23.

SOUZA, Marina Castro; PÉREZ, Beatriz Corsino. Políticas para Crianças de 0 a 3 Anos: concepções e disputas. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 12, nº 24, maio/ago de 2017.